

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DAYANA BORGES

**GASTOS DO GOVERNO EM EDUCAÇÃO: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E
COLÔMBIA**

**VARGINHA/MG
2023**

DAYANA BORGES

**GASTOS DO GOVERNO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM COMPARATIVO ENTRE
BRASIL E COLÔMBIA**

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador(a): Prof. Paulo Roberto Rodrigues de Souza.

**VARGINHA/MG
2023**

DAYANA BORGES

**GASTOS DO GOVERNO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM COMPARATIVO ENTRE
BRASIL E COLÔMBIA**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues de Souza
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Profa. Dra. Gislene Araújo Pereira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Profa. Me. Iris Carmen Rodrigues
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

RESUMO

O Brasil, assim como a Colômbia, são países da América do Sul que se organizam de maneira distinta no que se refere à educação. Além de transformações ocorridas ao longo dos anos nos sistemas de ensino de ambos os países, outros fatores como variação do PIB (Produto Interno Bruto) e investimento em educação também sofrem alterações e essas alterações podem interferir diretamente no desempenho escolar, na evasão escolar, no número de formandos, e na educação como um todo. Justifica-se a escolha do tema pela sua importância para toda a comunidade que se beneficia dos investimentos públicos em educação e, cabe à comunidade acadêmica pesquisar, discutir e publicizar tais resultados. O objetivo deste estudo é analisar os sistemas de educação do Brasil e da Colômbia buscando observar se as variações no investimento em relação ao PIB utilizando um recorte de tempo que compreende entre os anos 2000 e 2020 considerando aspectos financeiros, com foco nos gastos do governo. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e possui natureza aplicada. Quanto aos procedimentos, elegeu-se o método de revisão bibliográfica. Os principais resultados apontam que embora haja diferenças pontuais nos sistemas educacionais de Brasil em comparação a Colômbia, o Brasil ainda aparece um pouco a frente nos resultados positivos e também quanto aos investimentos.

Palavras-chave: Educação na Colômbia; Educação no Brasil; Gastos do Governo em Educação

ABSTRACT

Brazil, like Colombia, are countries in South America that are organized differently with regard to education. In addition to transformations that have occurred over the years in the education systems of both countries, other factors such as GDP variation (Gross Domestic Product) and investment in education also undergo changes and these changes can directly interfere with school performance, school dropout, number of graduates, and education as a whole. The choice of the theme is justified for its importance to the entire community that benefits from public investments in education and it is up to the academic community to research, discuss and publish these results. The aim of this study is to analyze the education systems of Brazil and Colombia, seeking to observe whether the variations in investment in relation to GDP using a time gap that comprises between the years 2000 and 2020 considering financial aspects, focusing on government spending. The research is qualitative, exploratory and has an applied nature. Regarding the procedures, the bibliographic review method was elected. The main results indicate that although there are specific differences in Brazil's educational systems compared to Colombia, Brazil still slightly progresses on positive results and also in terms of investments.

Keywords: Education in Colombia; Education in Brazil; Government Spending on Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E COLÔMBIA.....	7
2.2 A EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA E BRASIL, DIFERENÇAS E SIMILARIDADES	7
2.3 COMO OCORRE A OFERTA EDUCACIONAL NO BRASIL E COLÔMBIA.....	9
2.5 MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E OS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	12
3 METODOLOGIA.....	15
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como a Colômbia, são países da América do Sul que se organizam de maneira distinta no que se refere à educação. O Brasil divide em quatro etapas, sendo: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; e Ensino Superior de, modo descentralizado, pois no ensino público a responsabilidade se divide entre a União, Estados e Municípios (FORERO CASTILLO, 2016). No caso da Colômbia também é dividido o estudo nas mesmas quatro etapas, porém, o Ministério da Educação é o encarregado pela coordenação do setor no país, e delega às secretarias de educação a gestão e organização das regiões (GONÇALVES e PARRA, 2014).

Além de transformações ocorridas ao longo dos anos nos sistemas de ensino de ambos os países, as quais serão abordadas de maneira mais detalhada no decorrer desse trabalho, outros fatores como variação do PIB (Produto Interno Bruto) e investimento em educação também sofrem alterações e essas alterações podem interferir diretamente no desempenho escolar, na evasão escolar, no número de formandos, enfim, na educação como um todo.

A escolha do tema se dá pela importância para toda a comunidade que se beneficia dos investimentos públicos em educação e, cabe à comunidade acadêmica pesquisar, discutir e publicizar tais resultados.

A escolha dos países se dá para que a continuidade de um trabalho de intercâmbio da autora seja possível. Por ser ter nascido, residir e estudar no Brasil, e ter tido a oportunidade de trabalhar como professora voluntária de crianças colombianas em 2018 permitiu perceber algumas similaridades e também diferenças no que se refere à educação. E por serem ambos países emergentes e Latino Americanos, é natural que se espere semelhanças, porém o recorte temporal pode apontar diferenças não só por questões geográficas, mas também políticas e econômicas.

Este estudo objetiva analisar os sistemas de educação do Brasil e da Colômbia buscando observar se as variações no investimento em relação ao PIB utilizando um recorte de tempo que compreende entre os anos 2000 e 2020 considerando aspectos financeiros, com foco nos gastos do governo.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar uma discussão sobre o sistema de ensino de Brasil e Colômbia no período proposto.
- Discorrer sobre a situação da educação primária e secundária no Brasil e Colômbia

- Apresentar a evolução do investimento dos governos dos dois países em educação entre os anos 2000 e 2020
- Discutir como o investimento em educação primária e secundária refletem na educação superior.

Não se pretende aqui realizar um comparativo ano a ano do processo de financiamento das políticas educacionais entre os dois países, pois esta tarefa encontra alguns obstáculos, pois as características próprias da população e da estrutura administrativa e política de cada nação é diferente, assim como a forma como as responsabilidades de financiamento se dividem em instâncias regionais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E COLÔMBIA

O Brasil apresentou em 2020 a maior população da América Latina, em comparação com a Colômbia, quatro vezes maior. Como reflexo da crise sanitária em decorrência da Pandemia de COVID-19 iniciada em 2020, e dos seus reflexos sobre a atividade econômica, ambos os países apresentaram quedas significativas do Produto Interno Bruto (PIB). A maior queda foi apresentada pela Colômbia (-6,8%). Enquanto o Brasil apresentou -4,10% (ATLAS, 2022).

De acordo com Atlas (2022) a maior taxa de desemprego foi apresentada pela Colômbia em 2020 foi 18,2%, e pelo Brasil 13,5%, no entanto esses dados consideraram apenas o desemprego daqueles que deixaram a formalidade, mas que estiveram procurando emprego nos últimos três meses antes da pesquisa.

Dentre os 133 países analisados pelo ATLAS, o Brasil ocupou a 49ª posição no Índice de Complexidade dos produtos exportados, caindo 2 posições entre 2013 e 2018. A Colômbia ocupou a 56ª posição, subiu 4 posições entre 2013 e 2018 (ATLAS, 2022).

2.2 A EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA E BRASIL, DIFERENÇAS E SIMILARIDADES

De acordo com Gonçalves e Parra (2014) a educação pública obrigatória colombiana foi instituída na década de 1920. Entretanto apenas recentemente a escolarização primária, que engloba crianças entre 6 e 12 anos, começou a se aproximar da universalização, o pré-primário,

que inclui crianças entre 4 à 6 anos, passou de uma Taxa líquida de matrículas de 37,74% no ano 2000 para 80,97% no ano de 2015 de acordo com a UNESCO (2015). A educação primária avançou ao longo dos anos, porém a taxa de estudantes na educação secundária, que é dividida em educação secundária básica (6^a a 9^a série), e educação média vocacional (10^a e 11^a série), ainda fica muito aquém e muitos dos que se matriculam, não chegam a concluir o ensino secundário.

O Ministério da Educação colombiano é encarregado por delegar às secretarias de educação a gestão e organização das regiões. Os níveis de educação se dividem em: pré-escolar, com duração de três anos, ou seja, do terceiro ao quinto ano de vida; educação básica (duração de 9 anos) e educação média (2 anos). O período de ensino obrigatório na Colômbia ocorre dos cinco aos catorze anos de idade, considerado um curto período pela Unesco (UNESCO, 2015)

Diferentemente do Brasil que é dividido por unidades federativas (26 estados e um Distrito Federal que formam a União), sendo 5.568 municípios, com autonomia política e fiscal (IBGE, 2021), a Colômbia é um estado unitário descentralizado formado por 33 regiões, sendo 32 departamentos e o distrito de Bogotá, além de 1.103 municípios. O país conta com uma população de 48,3 milhões de habitantes, 77,1% deles morando em áreas urbanas e o restante dividido em vilarejos e em área rural dispersa (DANE, 2020).

O analfabetismo atinge cerca de 5,24% da população o que em números absolutos se refere a cerca de 2 milhões de colombianos. Nas áreas rurais a situação é mais complicada, pois em 2014, um total de 12,6% dos colombianos não sabiam ler (DANE, 2020). Entre a população com mais de 25 anos, menos da metade (49,8%) completou o Ensino Médio, situação semelhante à situação do Brasil (UNESCO, 2021)

Com 213 milhões de habitantes, o Brasil possui legislação sobre a oferta de educação elementar desde o século XIV, porém de acordo com IBGE (2020) em 2019, ainda havia 11 milhões de analfabetos entre os brasileiros com 15 anos ou mais, proporcionalmente a 5,16% da população (IBGE, 2020). Entre os maiores de 25 anos, apenas 47,4% chegaram ao final do Ensino Médio (UNESCO, 2021).

O ensino no Brasil é obrigatório dos 4 aos 17 anos, de modo que há oferta de ensino público para essa faixa etária e é acessada pela maior parte da população estudantil (81%), e por redes privadas de educação, onde estão matriculados (19%) dos estudantes brasileiros (INEP, 2020). O Brasil conseguiu universalizar o acesso ao Ensino Fundamental, mas ainda não consegue fazer o mesmo com o Ensino Médio, onde 14,82% dos adolescentes, na idade esperada para esta fase, se encontram fora da escola (UNESCO, 2021).

Entre os matriculados, 26,2% apresentam atraso de ao menos dois anos em relação à idade esperada (INEP, 2020). Muitos estudantes acabam abandonando a escola sem completar a Educação Básica: entre a população de 14 a 29 anos, 20,2% evadiram sem completar o Ensino Médio (IBGE, 2020).

A educação na Colômbia é obrigatória durante menos tempo que no Brasil, sendo apenas entre 5 e 15 anos de idade. A oferta para os 10 anos de ensino obrigatório é gratuita desde 2010, desde uma decisão judiciária, que extinguiu a cobrança de taxas de matrícula ou tarifas para participação nos cursos pelas escolas do sistema público (GONÇALVES e PARRA, 2014).

O Ensino Fundamental na Colômbia conta com 96,9% das crianças e dos jovens frequentando a escola. O problema do acesso à educação ainda ocorre no Ensino Médio (*Educación Media*), etapa em que 21% dos adolescentes em idade adequada para a fase não estão matriculados no sistema escolar. O atraso no fluxo escolar também é um problema que afeta 21,3% dos estudantes matriculados nos Anos Finais e 10,3% dos alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UNESCO, 2021).

2.3 COMO OCORRE A OFERTA EDUCACIONAL NO BRASIL E COLÔMBIA

Na Colômbia a educação é obrigatória entre os 5 e os 15 anos de idade, onde os anos escolares que equivalem aos dois últimos anos do Ensino Médio brasileiro não fazem parte da oferta obrigatória no sistema colombiano (DANE, 2020).

Conforme os dados apresentados pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) no ano de 2020, o sistema público da Colômbia é formado por três tipos de instituições:

- Escolas públicas, as quais são administradas por municípios e departamentos;
- Escolas concessionadas, as quais são construídas pelo poder público e administradas por grupos privados;
- Escolas conveniadas, as quais são construídas e administradas por entes privados, que recebem recursos públicos para oferecer o serviço gratuito. (há ainda as escolas privadas financiadas apenas pelas mensalidades pagas pelos pais).

Ainda de acordo com dados nacionais de 2019, cerca de 19,6% dos alunos estão em escolas privadas e 80,4% dos estudantes estão no sistema público, sendo estes divididos entre as escolas privadas concessionadas ou conveniadas ao sistema público (3,1%) as escolas públicas (96,9%).

Na Colômbia o Ensino Fundamental está praticamente universalizado no país, o que representa cerca de 96,9% das crianças e dos jovens frequentando a escola. O problema do acesso à educação é no Ensino Médio (*Educación Media*), período o qual 21% dos adolescentes não estão matriculados no sistema escolar, percentual que supera o que é registrado no Brasil, conforme veremos adiante nesse mesmo trabalho na parte que tratará do Brasil.

Em 2019 cerca de 21,3% dos estudantes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental apresentavam defasagem de ao menos dois anos escolares em relação ao esperado para sua idade, esse atraso atinge 10,3% dos alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UNESCO STATS, 2021).

Mesmo a educação sendo gratuita, o financiamento do material didático, da merenda, e do transporte escolar não estão inclusos na decisão de 2010 e, conseqüentemente, não são necessariamente gratuitos. Entre os estudantes matriculados em escolas privadas, 70% são de classes socioeconômicas mais baixas da população, o que demonstra o baixo custo desses estabelecimentos (CLADE, 2021).

O sistema de ensino colombiano tem 96 Secretarias de Educação distribuídas entre municípios, distritos e departamentos (Entidades Territoriais Certificadas – ET), e como estes é que são responsáveis pela administração do serviço educativo, todos de certo modo acabam girando em torno das secretarias de educação (COLÔMBIA, 2001). O principal financiador do sistema é o governo nacional, cuja responsabilidade está na distribuição da maior parte dos recursos, além de ser também quem define o valor por estudante, formula políticas públicas, normatiza e é também responsável por avaliar o sistema de ensino (MEN, 2009). As ET são responsáveis pela parte administrativa. São elas que cuidam da alocação de docentes, e gestão dos recursos físicos e financeiros.

A contratação de professores de escolas públicas na Colômbia ocorrem por meio de concurso público. Os salários são definidos pelo governo nacional, exceto daquelas que recebem transferências nacionais para o pagamento de pessoal utilizando uma fórmula que considera as necessidades da escola e a faixa salarial respeita a faixa nacional para professores definida pelo MEN. As entidades territoriais também podem participar do financiamento da educação e colocar recursos para a contratação de funcionários de apoio. No entanto, professores e o pessoal da administração são financiados exclusivamente com recursos do Sistema Geral de Participações (*SGP – Sistema General de Participaciones*) (BERTONI et al., 2020).

As escolas privadas conveniadas ou concessionadas ao sistema público não utilizam a modalidade de concursos, e todos os funcionários, incluindo professores são contratados

diretamente pelas escolas. Porém, remuneração não pode ser mais baixa que o piso salarial da função pública, e os docentes podem ser contratados por um período menor do ano, sendo dispensados durante as férias (CLADE, 2021).

Cabe ressaltar ainda, que embora as escolas estejam ligadas ao Sistema Nacional de Ensino, distritos e municípios podem colocar investimentos em educação nas suas redes com recursos da própria localidade. Podem investir em infraestrutura, melhorias na merenda escolar, de transporte escolar ou de material didático (MEN, 2009).

A Colômbia tem um desafio pela frente, com relação à qualidade do ensino: entre os jovens de 15 anos, a metade dos não atingiu nível básico de leitura na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), que é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada dois anos, coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vista a melhorar as políticas e resultados educacionais. O problema se agrava entre os estudantes mais pobres. Porém, mesmo entre os mais favorecidos no sentido socioeconômico, o desempenho também ficou abaixo do desejado: cerca de 3% tiveram alto desempenho na prova – essa a média é de 17% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019).

No caso do Brasil a educação é descentralizada. Ou seja cada esfera é responsável por determinados níveis de educação. A oferta da Educação Básica é assegurada pelos governos municipais, pois são responsáveis pela Educação Infantil e primeiros anos do ensino fundamental, também chamado de Fundamental 1. Os governos estaduais e distrital são responsáveis por parte do Ensino Fundamental (Fundamental 2) e pelo Ensino Médio. Já o governo federal é responsável por normatizar e coordenar a política educacional, mas também participa da redistribuição de recursos para combater a desigualdade educacional entre as diferentes redes de ensino do país (FONSCECA; NAMEM, 2016).

Portanto, no Brasil, municípios e estados arcam com a infraestrutura dos prédios escolares, desde construção, até a manutenção. São responsáveis também pela contratação de trabalhadores e pela manutenção de todos os serviços inerentes à Educação Básica. Também definem salário (que deve respeitar o piso nacional), carreira e distribuição dos professores dentro de sua rede escolar, seguindo suas próprias regras (GONÇALVES; PARRA, 2008).

Júnior, et al (2016) explicam que a merenda e o transporte escolar ofertados pelas redes estaduais e municipais recebem do Governo Federal um valor mínimo referente a cada estudante através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar). Os valores de transferência federal

variam conforme a etapa e a modalidade de ensino e são suplementados pelos governos locais, responsáveis pela oferta. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) fornece exemplares por matrícula respeitando a autonomia da escolha do material, desde que faça parte da lista de livros indicados Ministério da Educação.

2.5 MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E OS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O SGP é principal financiador do sistema público de ensino da Colômbia e no ano de 2017 respondeu por 79,4% dos gastos em educação do país (RADINGER et al., 2018). No entanto, sistema é composto por três diferentes tipos de transferências:

- i) *Provision del Servicio*, para pagamento de salários de professores, administradores e pessoal de suporte da educação. Em 2016, 93% do total dos recursos (PINEROS, 2016 apud BERTONI et al., 2020);
- ii) *Calidad-Matricula*, que transfere recursos aos governos distritais e municipais para custeio de infraestrutura, manutenção do ensino e a formação de professores;
- iii) *Calidad-Gratuidad*, recursos que podem ser usados onde necessário, exceto com remuneração (BERTONI et al., 2020).

O sistema utiliza um cálculo que considera os diferentes níveis de ensino, bem como número de escolas rurais e urbanas para distribuir os recursos disponíveis por escola. A base de cálculo para a fórmula é a disponibilidade financeira em nível nacional. Porém os fatores Qualidade e Gratuidade são levados em conta. De modo que se utiliza fórmula progressiva que transfere mais recursos para entidades territoriais com mais estudantes pobres e em áreas rurais, mas sem deixar de lado o fator “desempenho acadêmico”. “Por conta desta restrição, esta transferência progressiva é dada a um pequeno número de regiões” (BERTONI et al., 2020, p. 15).

A crítica do autor é um forte fator de discussão, pois se com essa transferência maior para locais mais pobres considerando desempenho, dificilmente atingirá a efetividade, de utilizar bem os recursos e atingir o maior número de estudantes pobres. Há ainda outras fontes de financiamento, no caso, os recursos de arrecadação local, como programas de transferência do Ministério da Educação e recursos oriundos dos royalties de petróleo (BERTONI et al., 2020)

Embora o sistema de financiamento estabeleça a distribuição por aluno na fonte principal de recursos (SGP), e ainda contar com mecanismos progressivos para ampliar

investimento em áreas com mais escolas rurais e de estudantes mais pobres, porém com boa performance, tais medidas não são suficientes para eliminar a desigualdade territorial. Elacqua et al. (2020) apontam que as regiões territoriais mais ricas da Colômbia gastam mais por aluno do que as regiões mais pobres. É importante colocar que essas diferenças não ocorrem apenas pelo quesito “desempenho acadêmico”, mas pela capacidade de arrecadação local de cada região.

Através de uma política de fundos contábeis estaduais que reúne a maior parte dos recursos vinculados à educação, o dinheiro dos governos subnacionais é redistribuído entre as redes dentro de cada estado conforme o número de alunos matriculados, com ponderação diferente por etapa de ensino, modalidade (integral/ parcial, campo/urbano) e oferta (escola própria ou conveniada). O governo federal entra com a complementação dos recursos deste fundo para reduzir as desigualdades e o valor da complementação é determinado pelo total de recursos reunidos pelos governos subnacionais. Até 2020, a complementação era de 10% sobre a soma total dos fundos, distribuída entre os estados com menos recursos por aluno para reduzir a diferença entre as unidades federativas. Após a aprovação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, a complementação federal chegará, até 2026, a 23% da soma total dos fundos, redistribuída por matrícula segundo três critérios, para reduzir, também, a desigualdade entre municípios de diferentes estados e premiar redes com melhor desempenho (BRASIL, 2020).

Os recursos distribuídos pelo Fundeb precisam cumprir algumas regras nacionais para o gasto, como:

- Dos recursos, 70% devem ser aplicados em remuneração de profissionais da educação, mas podem ser usados pelos sistemas municipais e estaduais de ensino com a distribuição desejada entre alunos e etapas de ensino⁶.
- Os governos subnacionais complementam o financiamento com recursos vinculados constitucionalmente e que, portanto, devem atender ao regramento nacional determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).
- O montante pode ser ampliado com recursos autônomos das regras nacionais.

Em 2014 foi aprovado um Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de 10 anos. Este plano estabeleceu como meta o aumento progressivo do financiamento da educação até atingir o nível de investimento de 10% do PIB no setor, até o final do decênio, somados gastos de todos os entes federados, porém sem uma cláusula que definisse como seria implementado o aumento de recursos. Ao longo dos últimos anos, o Brasil esteve próximo a uma despesa de 6% do PIB em educação (INEP, 2020b), longe do alcance da meta 20 do PNE.

Este modelo de vinculação e subvinculação de recursos, cria um mecanismo em que o investimento em educação está subordinado à arrecadação de taxas e impostos (e de certos impostos, no caso do Fundeb) e não à necessidade de recursos para o financiamento do serviço. Com isso, em momentos de arrecadação ampliada, há automaticamente necessidade de aumento no gasto com a política pública em todos os níveis, visto que a complementação da União está ligada ao montante reunido dentro dos fundos subnacionais. No entanto, em momentos de redução na arrecadação, os recursos garantidos para a política pública são afetados automaticamente na mesma proporção da restrição de arrecadação, inclusive os federais. Sendo assim, o modelo pró-cíclico adotado, baseado em impostos indiretos sobre o consumo de bens e serviços, sujeita o financiamento a grandes impactos de redução com a chegada de crises econômicas (PERES; SANTOS, 2020). O último relatório de acompanhamento das metas do PNE apontava estagnação e ligeira redução da proporção de recursos investidos no setor, entre 2016 e 2018, com dados preliminares que mostravam gasto equivalente a 5,4% do PIB (INEP, 2020b).

Como dito antes, a redução na arrecadação de certos impostos leva à redução automática no investimento por aluno determinada pela principal fonte de recursos da Educação Básica, o Fundeb. Em 2020, pela primeira vez desde a instituição do Fundeb, houve redução no valor mínimo de gasto por aluno da Educação Básica. Em 2019, o valor determinado nacionalmente para distribuição do fundo era de R\$ 3.440,29 por estudante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escola urbana e, em 2020, o valor foi de R\$ 3.349,56 (MEC, 2020).

A princípio com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que se deu por meio da Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996. O Fundo de Manutenção teve sua aprovação no mesmo ano, dia 24 de dezembro, como previsto no Art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O Fundef teve sua regulação pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997.

No mesmo ano, a política foi implementada de forma experimental na Unidade Federativa do Pará, foi instituída como prerrogativa de Estado, porém passou a ser aplicada em todo território nacional. O texto da Lei vigorou de 1997 a 2007. A partir de 2007 foi substituído pelo novo Fundeb, que teve vigor por 14 anos, que gradativamente foi se ampliando até 25 de dezembro de 2020, ano onde o Fundo iniciou o processo de reformulações com o projeto de emenda à Constituição no Senado Federal (PEC nº 26/2020). Promulgado pela Lei nº 14.113, de 2020, o novo Fundeb passou a fazer parte da Constituição Brasileira, de maneira permanente, sem prazo de vigência (BRASIL, 1996; PORTELA, 2006).

A Lei nº 14.113 de 2020 prevê a divisão de sobras referentes aos 70% dos valores concedidos aos salários de profissionais da educação, porém ainda sem um consenso sobre a metodologia a ser adotada na divisão dos recursos excedentes e da mesma forma quanto à especificação de quais profissionais em efetivo exercício poderá ser beneficiados. O rateio vem sendo feito pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal no fim de cada exercício financeiro (FNDE, 2021). A discussão sobre o tema foi postergada para 2024 pelo Senado Federal, através do Projeto Lei nº 3.418/21 (BRASIL, 2021, § 2º do Art. 26).

A Lei nº 14.325, de 12 de abril de 2022 altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para adequar sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios devido as decisões judiciais que se referem ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos provenientes dos fundos e do incremento da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que estão previstos na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 2007-2020 e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem em seu escopo a seguinte questão norteadora: Como Brasil e Colômbia tem investido em educação entre os anos 2000 e 2020?

A realização desse trabalho se deu em 4 etapas, sendo que a primeira etapa consistiu no levantamento de dados secundários nas seguintes plataformas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) utilizando os seguintes descritores: Educação na Colômbia; Educação no Brasil, Financiamento da educação no Brasil; Financiamento da educação na Colômbia; História do FUNDEB, novo FUNDEB.

O procedimento utilizado para a coleta de dados foi bibliográfico. Conforme explica PRODANOV e DE FREITAS:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados

obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. (PRODANOV e DE FREITAS, 2013, p.54).

Optou-se por artigos publicados em revistas de relevância para o tema, excluindo-se aqueles que não tivessem texto na íntegra em português, espanhol ou inglês, foram excluídos também aqueles que não colaboravam efetivamente para responder à questão norteadora. A segunda etapa na busca de dados quantitativos no banco de dados da Unesco, Organização da Nações Unidas (ONU) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao todo foram lidos 27 resumos, sendo que nessa fase 10 foram descartados por não responderem a questão norteadora, 9 sem relevância para o tema por se tratarem de um recorte temporal que não condiz com o recorte desse trabalho. Após a leitura dos resumos iniciou-se a fase da leitura de textos na íntegra. Nesta fase, exuiu-se 10 artigos dado a falta de informações para contribuir com este estudo. Foram utilizados 13 artigos e 17 publicações dentre sites de órgãos oficiais e livros relevantes para o temas.

Para isto, foi utilizado o método de abordagem qualitativa que de acordo com Prodanov e De Freitas:

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. (PRODANOV e DE FREITAS, 2013, p.70).

Optou-se para este trabalho o objetivo exploratório, de acordo com Gil:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tomá-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.2).

A terceira etapa foi a análise dos dados que foram organizados em gráficos e tabelas gerados pelo Excel e apresentados através de séries temporais no período que compreende entre 2000 e 2020.

A pesquisa possui natureza aplicada, visto que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009 p. 31).

A quarta etapa consiste na interpretação e discussão de tudo que foi levantado anteriormente.

A tabela a seguir mostra como se desenvolveu esta pesquisa quanto aos materiais e método.

Tabela 1: Tipologia da pesquisa

TIPOLOGIA DA PESQUISA	
Abordagem	Qualitativa
Procedimento	Bibliográfico
Natureza	Aplicada
Objetivo	Exploratório

Fonte: Gil (2002) Elaboração do autor.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2020) a Constituição da Colômbia a classifica como um estado unitário descentralizado que tem sua formação dada por 33 regiões, sendo 32 departamentos e o distrito de Bogotá, além de 1.103 municípios. O país possui uma população de 48,3 milhões de habitantes, 77,1% deles residem em áreas urbanas e o restante dividido em vilarejos ou em área rural dispersa conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2: Sistema Educacional da Colômbia em 2019

SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL	
População	48.258.494
População em idade escolar obrigatória	9.236.272
Idade de ingresso na educação obrigatória	5 anos
% de crianças e jovens em idade escolar fora do Ensino Fundamental	3,07%
% de jovens em idade escolar fora do Ensino Médio	20,99%
% população com + de 25 anos com formação acima do Ensino Médio	21,25%
% professores com contrato permanente (Anos Finais Ens. Fund.)	75,90%
% professores com contrato temporário (Anos Finais Ens. Fund.)	24,10
SOBRE FINANCIAMENTO	
Gasto anual por estudante de Educação Básica	US\$ 3.004
Salário anual inicial dos professores (Anos Finais Ens. Fund.)	US\$ 21.240,44
% de PIB na Educação Infantil	0,26%
% de PIB no Ensino Fundamental 1	1,61%
% de PIB no Ensino Fundamental 2	1,36%
% de PIB no Ensino Médio	0,49%
% de PIB no Ensino Superior	0,74%
% do PIB em educação	4,50%
% do gasto da educação efetuado pelo governo central	90%
% do gasto em educação efetuado pelo governo regional	4%
% do gasto em educação efetuado pelo governo local	6%

Fontes: Constitución Política de Colombia; Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2020); OCDE Stats; Unesco.

A tabela mostrou que a Colômbia possui população de 48.258.494, conforme mostrado na página 8 deste trabalho, a taxa de analfabetismo atinge 5,24%, o que representa cerca de 2 milhões de pessoas. 4,5% do PIB do país é investido em educação, onde a maior parte fica na educação primária. Apenas 10% o gasto total em educação é responsabilidade dos governos regionais e locais. Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2020) a situação é pior nas áreas rurais, onde cerca de 12,6% colombianos não sabiam ler em 2014. Entre pessoas com mais de 25 anos, quase a metade (49,8%) completou o Ensino Médio, que de acordo com dados da UNESCO (2021) a situação é similar no Brasil. Observe a Tabela 3.

Tabela 3. Sistema Educacional do Brasil em 2019

SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL	
População	213.101.742
População em idade escolar obrigatória	40.880.306
Idade de ingresso na educação obrigatória	4 anos
% de crianças e jovens em idade escolar fora do Ensino Fundamental	1,42%
% de jovens em idade escolar fora do Ensino Médio	14,82%
% população com + de 25 anos com formação acima do Ensino Médio	16,54%
% professores com contrato permanente (Anos Finais Ens. Fund.)	79,50%
% professores com contrato temporário (Anos Finais Ens. Fund.)	20,50%
SOBRE FINANCIAMENTO	
Gasto anual por estudante de Educação Básica	US\$ 3.826,00
Salário anual inicial dos professores (Anos Finais Ens. Fund.)	US\$ 13.630,64
% de PIB na Educação Infantil	0,71%
% de PIB no Ensino Fundamental 1	1,58%
% de PIB no Ensino Fundamental 2	1,33%
% de PIB no Ensino Médio	1,19%
% de PIB no Ensino Superior	1,52%
% do PIB em educação	6,32%
% do gasto da educação efetuado pelo governo central	7%
% do gasto em educação efetuado pelo governo regional	43%
% do gasto em educação efetuado pelo governo local	50%
Fontes: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021)	

A tabela 3 mostrou que no ano de 2019 o Brasil tinha 213 milhões de habitantes, e em 2019 ainda havia 11 milhões de analfabetos entre os brasileiros com 15 anos ou mais, proporcionalmente a 6,6% da população (p.9). Entre os maiores de 25 anos, apenas 47,4% chegaram ao final do Ensino Médio.

O Brasil é um país extenso, e com uma muito maior do que a Colômbia, o que faz com que tenha muitas desigualdades entre regiões. Nesse sentido, se o financiamento é descentralizado, facilita a verificação das particularidades de cada região. Observe as despesas em educação do Brasil entre os anos 2012 e 2019.

Tabela 4: Brasil despesas com educação entre 2012 e 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas públicas com educação										
Em % do PIB	5,9	5,8	5,9	6,2	6,3	6,3	6,1	6,0
Em % das despesas públicas	15,7	15,6	15,4	16,2	15,9	16,5	16,1	16,0
Despesa pública por estudante (em PPP USD)										
Ensino primário	2940,9	3065,2	3057,4	2956,9	2955,6	2955,5	3026	3145,9
Financiamento inicial do governo por estudante secundário PPP\$	2959,2	3207,1	3233	3173,9	3210	3168,3	3217,3	3281,9
Financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior PPP\$*	4195,1	4648,1	4526,9	4871,9	4892,8	5353,2	4953,6	4858,5

Fontes: OCDE e Unesco (2021)

*PPP\$ é uma sigla em inglês “*purchasing power parity*” que em português significa “paridade do poder de compra”.

**USD é dólar americano.

As despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB no Brasil foi de 5,9 em 2012 e em 2019 foi de 6,0. Durante o período analisado o maior percentual das despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB foi de 6,3 nos anos de 2016 e 2017. Em 2013 teve o menor percentual de todo período analisado, que representou 5,8% das despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB.

O percentual das despesas públicas com educação em relação ao total das despesas públicas no Brasil foi de 15,7 em 2012 e em 2019 foi de 16. Durante o período analisado o maior percentual das despesas públicas com educação em relação ao total das despesas públicas foi de 16,5 em 2017 e menor percentual foi de 15,4 no ano de 2014.

As despesas públicas paridade do poder de compra (PPP\$) por estudante no Brasil no ensino primário foi de 2940,9 em 2012 e em 2019 foi de 3145,9. Durante o período analisado a maior despesa pública (em PPP\$) por estudante no Brasil no ensino primário foi de 3145,9 em 2019. Em 2012 teve a menor despesa de todo período analisado, foi de 2940,9.

O financiamento inicial do governo por estudante secundário (em PPP\$) no Brasil foi de 2959,2 em 2012 e em 2019 foi de 3281,9. Durante o período analisado o ano que apresentou o maior financiamento inicial do governo por estudante secundário no Brasil foi de 3281,9 em 2019. Em 2012 teve a menor despesa de todo período analisado, foi de 2959,2.

O financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior (em PPP\$) no Brasil foi de 4195,1 em 2012 e em 2019 foi de 4858,5. Durante o período analisado o ano que

apresentou o maior financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior (em PPP\$) no Brasil foi de 5353,2 em 2017 e o menor foi de 4195,1 no ano de 2012.

Tabela 5: Colômbia despesas com educação entre 2012 e 2020

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas públicas com educação										
Em % do PIB	4,4	4,9	4,6	4,5	4,5	4,5	4,4	4,5	4,9	...
Em % das despesas públicas	15,0	16,3	14,8	14,3	14,9	15,5	12,8	13,7	14,7	...
Despesa pública por estudante (em PPP USD)										
Ensino primário	1784,3	2110,5	2267,6	2310,5	2409,7	2528,9	2526,2	2992,9	3209,1	...
Financiamento inicial do governo por estudante secundário PPP\$	1762,1	2064,7	2247,2	2081,3	2159,8	2447	2623,9	2992,9	3188,6	...
Financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior PPP\$	2715,3	2426,3	2704,4	2627,2	2858,7	2890,4	3218,2	2430,9	2574,5	...

Fontes: OCDE e Unesco (2021)

*PPP\$ é uma sigla em inglês “*purchasing power parity*” que em português significa “paridade do poder de compra”.

**USD é dólar americano.

As despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB na Colômbia foi de 4,4 em 2012 e em 2020 foi de 4,9. Durante o período analisado o maior percentual das despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB foi de 4,9 nos anos de 2013 e 2020. Os anos de 2012 e 2018 tiveram o menor percentual de todo período analisado, que representou 4,4% das despesas públicas com educação em relação ao percentual do PIB.

O percentual das despesas públicas com educação em relação ao total das despesas públicas na Colômbia foi de 15,0 em 2012 e em 2020 foi de 14,7. Durante o período analisado o maior percentual das despesas públicas com educação em relação ao total das despesas públicas foi de 16,3 em 2013 e menor percentual foi de 12,8 no ano de 2018.

As despesas públicas (em PPP\$) por estudante na Colômbia no ensino primário foi de 1784,3 em 2012 e em 2020 foi de 3209,1. Durante o período analisado a maior despesa pública (em PPP\$) por estudante na Colômbia no ensino primário foi de 3209,1 em 2020. Em 2012 teve a menor despesa de todo período analisado, foi de 1784,3.

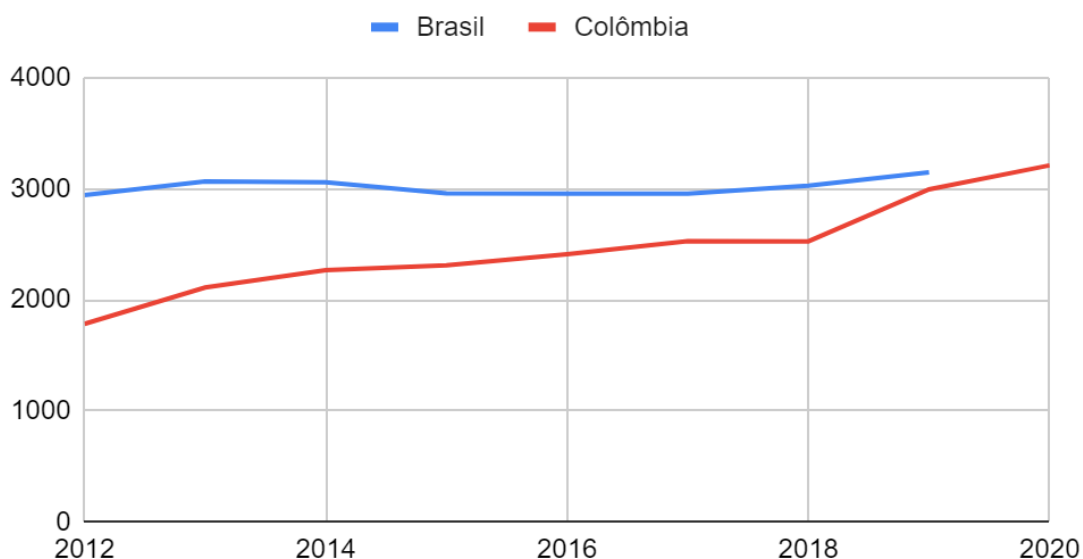
O financiamento inicial do governo por estudante secundário (em PPP\$) na Colômbia foi de 1762,1 em 2012 e em 2020 foi de 3188,6. Durante o período analisado o ano que

apresentou o maior financiamento inicial do governo por estudante secundário na Colômbia foi de 3188,6 em 2020. Em 2012 teve a menor despesa de todo período analisado, foi de 1762,1.

O financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior (em PPP\$) na Colômbia foi de 2715,3 em 2012 e em 2020 foi de 2574,5. Durante o período analisado o ano que apresentou o maior financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior (em PPP\$) na Colômbia foi de 3218,2 em 2018 e o menor foi de 2426,3 no ano de 2013.

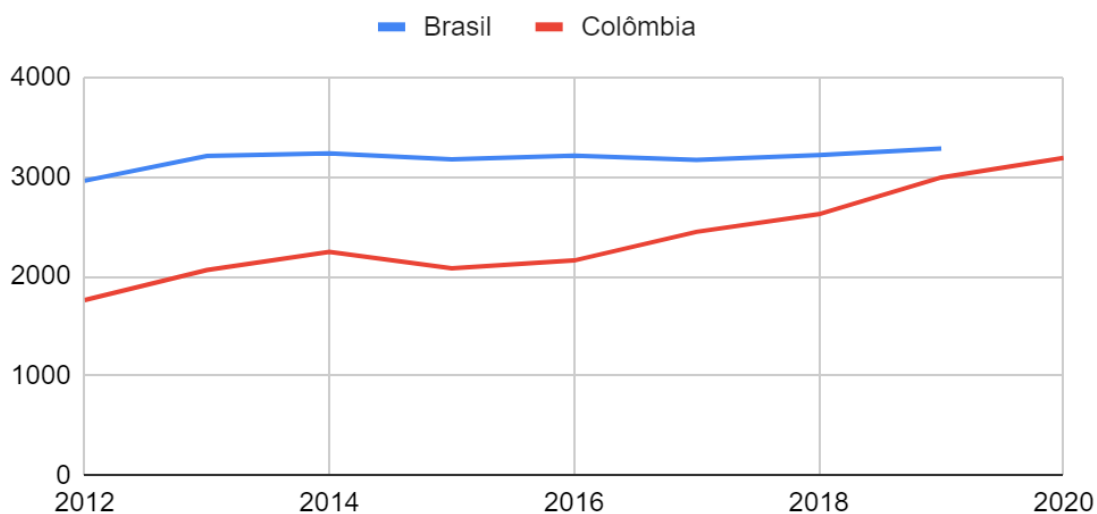
Os gráficos a seguir demonstram visualmente o que está inserido em números nas Tabelas 4 e 5:

Gráfico 1 – Ensino primário Brasil e Colômbia



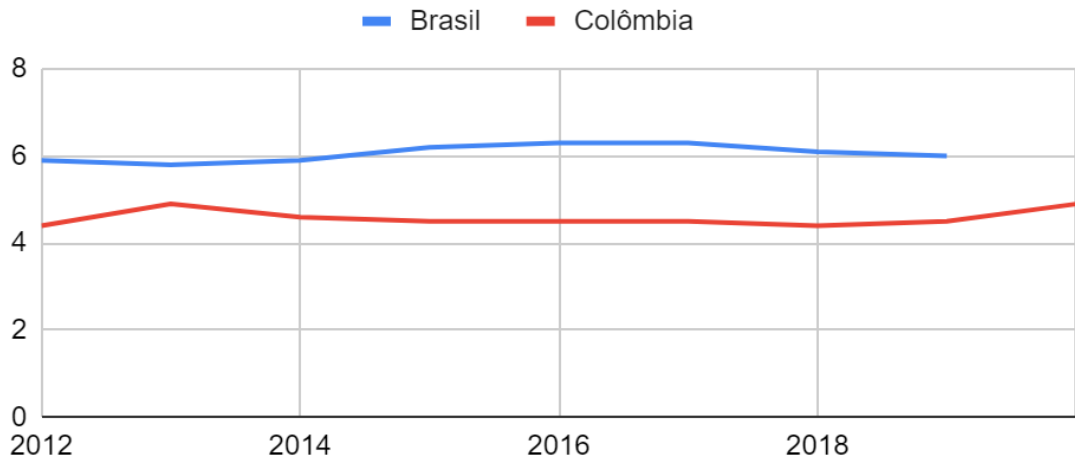
Fonte: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021).

Gráfico 2 – Financiamento inicial do governo por estudante secundário em PPP\$



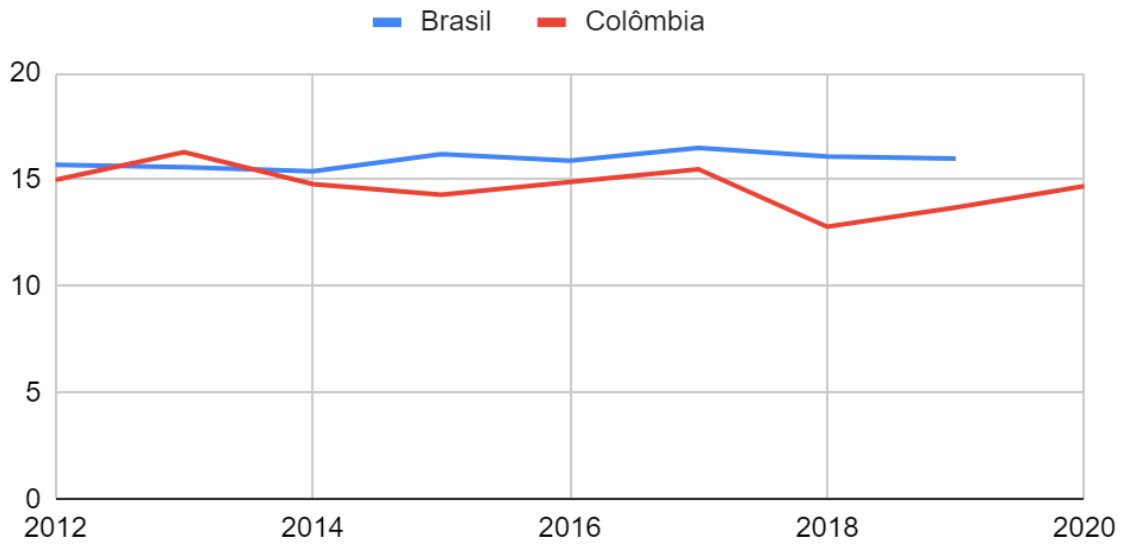
Fonte: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021).

Gráfico 3 – Financiamento do governo em percentual do PIB



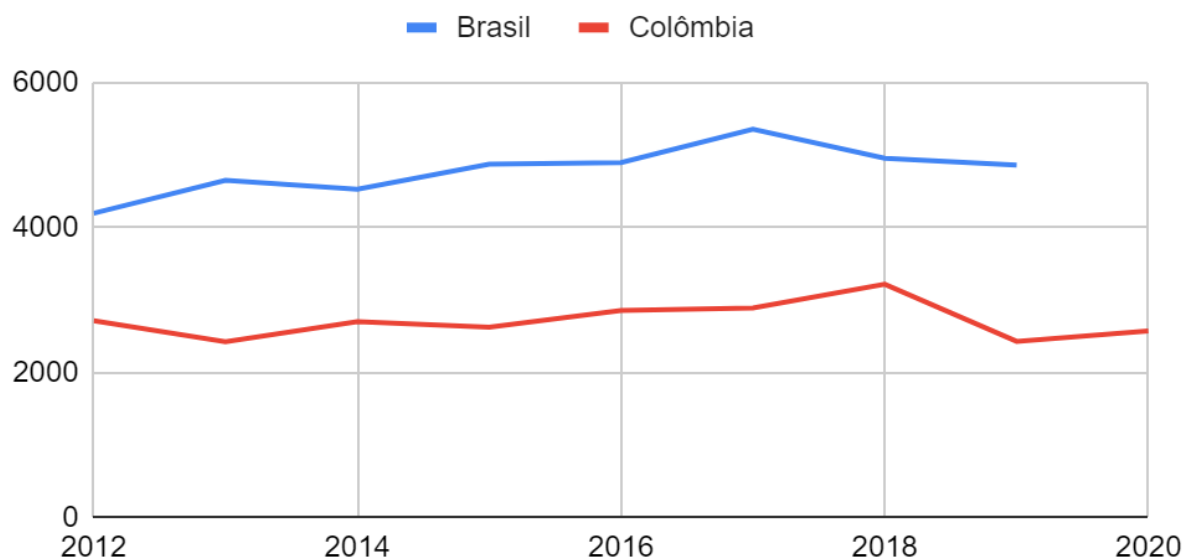
Fonte: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021).

Gráfico 4 – Financiamento do governo em percentual das despesas públicas



Fonte: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021).

Gráfico 5 - Financiamento inicial do governo por estudante do ensino superior PPP\$



Fonte: IBGE (2021), OCDE e Unesco (2021).

Sobre a educação superior, é preciso compreender que não apenas no Brasil e na Colômbia, mas na América Latina, a partir do início da década de 70 com as reformas da educação superior e iniciadas nessa época, é que se percebe uma preocupação maior seu financiamento e estruturação, resultado segundo Forero Castillo (2016) dos efeitos da globalização que fez com que a indústria demandasse mão de obra mais qualificada para lidar com as novidades tecnológicas.

As transformações econômicas que ocorreram a nível mundial e também regional no final dos anos 70 e início dos anos 80, culminaram em diversas transformações na educação em países até então subdesenvolvidos. Forero Castillo (2016) observa que é contraditório que os governos queiram atender às demandas de mercado estimulando o aumento no número de matrículas. A contradição que a autora aponta é que não dá para estimular o aumento da matrícula e ao mesmo tempo uma política orientada à redução dos gastos públicos incluídos na educação.

No entanto, o período analisado por este estudo mostra que entre 2012 e 2020 na Colômbia, assim como entre 2012 e 2019 no Brasil, apesar das oscilações o investimento está subindo gradativamente.

Cabe observar também que conforme Elacqua et al. (2020) as regiões territoriais mais ricas da Colômbia gastam mais por aluno do que as regiões mais pobres no ensino primário e terciário, de modo que “desempenho acadêmico” das regiões mais ricas acabam recebendo

mais verbas do que as regiões mais pobres, que por outro lado está na pauta para maior recebimento de verba federal. E essa incapacidade de transferir mais verba para as regiões mais pobres pode ser um fator que acelera o processo de evasão escolar e afastamento da população pobre da universidade. Nesse caso, é possível inferir que o método brasileiro de financiamento aproxima um pouco mais o estudante de escola pública do ensino superior. Lembrando que essa colocação se dá apenas a título de discussão, pois se faz necessário um estudo quantitativo para averiguar se esta proposição se confirma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a educação nos países da América Latina evolui de forma bastante parecida, assim como na política e economicamente. Foi possível observar que o Brasil investe um percentual do PIB um pouco maior que a Colômbia, porém ambos os países oscilam os números de investimento.

Brasil e Colômbia tornaram obrigatório o estudo de crianças e adolescentes, sendo que no Brasil a idade obrigatória é entre 4 e 17 anos; e na Colômbia entre 5 e 15 anos de idade. No entanto os esforços não foram suficientes para erradicar o analfabetismo, nem para coibir evasão escolar de adolescentes pobres, ou seja, os adolescentes continuam deixando a escola para trabalhar, ainda que em números menores do que há alguns anos atrás.

Nesse sentido, infere-se que o trabalho cumpriu seu objetivo de explicar como se dá a oferta do ensino em ambos os países; apontou os gastos dos governos em educação, com ênfase na porcentagem do PIB e mostrou que a quantidade e forma de financiamento da escola não são os únicos fatores, porém são fatores que influenciam as matrículas no ensino superior.

Ao concluir este trabalho, ressalta-se que esta pesquisa não se trata de um estudo conclusivo. No entanto, fornece uma contribuição para outros estudos que foquem em uma ou mais variáveis que aparecem neste estudo. Espera-se também que esta pesquisa possa provoque outras pesquisas sobre o mesmo assunto, a fim de aprimorar e expandir a produção acerca do dos dois países para contribuir com uma educação cada vez melhor, e equânime.

Por fim, cabe colocar que a percepção inicial da autora sobre a semelhança do ensino do Brasil e Colômbia de certo modo se confirma após a análise de dados. É possível que haja um novo intercâmbio, porém desta vez com maior conhecimento sobre a educação colombiana e possivelmente contribua mais.

REFERÊNCIAS

- ATLAS (Harvard University) (Org). **Classificações de complexidade de país e produto**. Disponível em < <https://atlas.cid.harvard.edu/rankings>>. Acesso em: junho. 2022.
- BERTONI E. et al. Is School funding unequal in Latin America? – A cross-country analysis. InterAmerican Development Bank, nov. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Projeto de Lei nº 3.418/21, atualiza a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 de Nov. 2022.
- BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- CLADE. **Lógicas de privatización y desigualdad en la educación colombiana**: un análisis desde la perspectiva del desfinanciamiento del derecho humano a la educación. São Paulo: Clade, 2021.
- COLOMBIA. **Ley 715 de Diciembre 21 de 2001**. Diario Oficial, Bogotá, 2001.
- DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Boletín Técnico** – Educación Formal 2019. Bogotá: Dane, 2020.
- ELACQUA, G. et al. **Is School Funding Unequal in Latin America?** Inter-American Development Bank, 2020
- FGV. **Comércio Internacional e o agronegócio brasileiro**. Disponível em < https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17858/Com%C3%A9rcio_Internacional_e_o_Agroneg%C3%B3cio_Brasileiro_Relat%C3%B3rio_Completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em 23/10/2022

FONSECA, Stella Oggioni da; NAMEN, Anderson Amendoeira. Mineração em bases de dados do Inep: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro. **Educação em Revista**, v. 32, p. 133-157, 2016.

FORERO CASTILLO, Jacqueline. **Avaliação da educação superior: estudo dos sistemas no Brasil e na Colômbia**. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. Transmissão intergeracional de desigualdade e qualidade educacional: avaliando o sistema educacional brasileiro a partir do SAEB 2003. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, p. 639-662, 2008.

GONÇALVES, Antonino Lisboa Mena; PARRA, Shirley Rodrigues. **O sistema de ensino colombiano**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores - Departamento Cultural, 2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pnad Contínua 2019** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019** – Resumo Técnico. Brasília: Inep/MEC, 2020.

JÚNIOR, Fernando Tavares; DOS SANTOS, Joan Rosa; DE SOUZA MACIEL, Maurício. Análise da evasão no sistema educacional brasileiro. **Pesquisa E Debate Em Educação**, v. 6, n. 1, p. 73-92, 2016.

MEN – Ministerio de Educación Nacional de Colombia. **Guía Organización del Sistema Educativo**. Bogotá: MEN, 2009.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Definitions and classifications of the OECD international education statistics. In: **OECD Handbook for Internationally Comparative Education Statistics** – Concepts, standards, definitions and classifications. Paris: OCDE, 2018.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Definitions and classifications of the OECD international education statistics. In: **OECD Handbook for Internationally Comparative Education Statistics** – Concepts, standards, definitions and classifications. Paris: OCDE, 2018.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Résultats de Pisa 2018**. Paris: OCDE, 2019.

PORTELA, Eunice Nóbrega. **A política de descentralização de recursos públicos para o Ensino Fundamental e seus reflexos na gestão da qualidade do ensino público municipal**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasília-DF, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RADINGER, T. et al. **OECD Reviews of School Resources: Colombia 2018**. Paris: OECD Publishing, 2018.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

UNESCO. Institute for Statistics. **Colombia**. 2015. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/country/co>. Acesso em junho. 2022